



Prova Escrita Objetiva e de Redação – Nível Superior

# ANALISTA DA PROCURADORIA - ESPECIALIDADE - CONTADOR

Tipo 2 – VERDE



## SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo setenta questões objetivas e o tema de redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas
- uma folha de texto definitivo destinada a redação



## TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e a transcrição do texto definitivo da redação
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova



## NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



## INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva e o texto definitivo da redação, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas



## Conhecimentos Básicos

Texto 1 – Sem humanos, natureza prospera em Chernobyl

Os seres humanos causam mais danos para a vida selvagem do que desastres nucleares. Essa é a conclusão de um estudo publicado ontem na revista científica “Current Biology”, que analisou dados populacionais de grande prazo na zona de exclusão de Chernobyl, na fronteira entre a Ucrânia e a Bielorrússia. Em abril de 1986, a área de 4.200 quilômetros quadrados foi totalmente evacuada após a explosão, seguida de um incêndio, de um reator na Usina Nuclear de Chernobyl. Centenas de milhares de pessoas foram removidas de suas casas para nunca mais voltar. Três décadas depois, a região mais parece um parque de proteção ambiental que uma zona de desastre. Sem a presença humana, bandos de alces, veados, cervos, javalis e lobos são vistos perambulando livremente entre ruas e construções abandonadas.

- É muito provável que o número de animais selvagens em Chernobyl seja bem maior agora do que antes do acidente – diz Jim Smith, professor da Universidade de Portsmouth, no Reino Unido, e coordenador da equipe internacional responsável pelo estudo. – Isso não significa que a radiação é boa para a vida selvagem, apenas que os efeitos da habitação humana, incluindo caça, agricultura e desmatamento, são muito piores.

(O Globo, 6/10/2015)

### 1

“Sem humanos, natureza prospera em Chernobyl”.

A forma de reescrever essa frase - título para o texto 1 – que modifica o sentido original, tornando-a inadequada ao contexto, é:

- (A) porque está sem humanos, natureza prospera em Chernobyl;
- (B) embora esteja sem humanos, natureza prospera em Chernobyl;
- (C) após ficar sem humanos, natureza prospera em Chernobyl;
- (D) Chernobyl, tornando-se desabitada, vê sua natureza prosperar;
- (E) a natureza de Chernobyl, sem humanos, prospera.

### 2

“Em abril de 1986, a área de 4.200 quilômetros quadrados foi totalmente evacuada após a explosão, seguida de um incêndio, de um reator na Usina Nuclear de Chernobyl. Centenas de milhares de pessoas foram removidas de suas casas para nunca mais voltar”.

Esse segmento do texto 1 tem a função de:

- (A) condenar a falta de responsabilidade dos governos em relação à energia nuclear;
- (B) explicar os motivos de as espécies animais estarem multiplicando-se velozmente em Chernobyl;
- (C) justificar o porquê de a região citada ter-se tornado uma zona de exclusão;
- (D) recordar o passado histórico a fim de ter-se cuidado com o presente;
- (E) esclarecer os leitores mais novos sobre o ocorrido na região a fim de que possam evitar os mesmos problemas, no futuro.

### 3

Considerando-se a conclusão do estudo citado no texto 1: “Os seres humanos causam mais danos para a vida selvagem do que desastres nucleares”, pode-se inferir que:

- (A) desastres nucleares não são prejudiciais aos animais;
- (B) radiação nuclear incentiva a procriação animal;
- (C) os animais são afetados pela radiação de forma diferente;
- (D) os animais são afetados pela radiação por meio dos humanos;
- (E) os humanos, intencionalmente ou não, prejudicam a vida animal.

### 4

O texto 1 mostra uma enumeração dos animais cuja população cresceu em Chernobyl. Entre as formas de enumerar abaixo indicadas, aquela que tem seu valor corretamente apontado é:

- (A) alces, veados, cervos, javalis e lobos. / a enumeração abrange a parte mais importante dos animais;
- (B) alces, veados, cervos, javalis, lobos... / a enumeração indica a totalidade dos animais;
- (C) alces, além de veados, cervos, javalis e lobos. / a enumeração mostra os animais numa ordem de importância;
- (D) alces e veados e cervos e javalis e lobos. / a enumeração destaca a importância individual dos animais;
- (E) alces, veados, cervos, além de javalis e lobos. / a enumeração prioriza os últimos elementos citados.

### 5

Ao informar aos leitores que o estudo foi publicado numa revista científica de prestígio, o autor do texto 1 pretende:

- (A) indicar a necessidade urgente do estudo do tema;
- (B) demonstrar a qualidade científica da revista;
- (C) comprovar a qualidade da informação prestada;
- (D) valorizar o conhecimento científico na mídia impressa;
- (E) destacar um assunto de séria preocupação.

### 6

Observem-se as seguintes passagens do texto 1: “Em abril de 1986, a área de 4.200 quilômetros quadrados foi totalmente evacuada” e “Centenas de milhares de pessoas foram removidas de suas casas para nunca mais voltar”.

Nessas passagens emprega-se a voz passiva e essa estrutura tem a característica de:

- (A) indicar a violência das ações praticadas;
- (B) evitar a identificação dos agentes das ações;
- (C) localizar as ações num passado recente;
- (D) mostrar a necessidade de as ações serem praticadas;
- (E) identificar as ações como autoritárias.

**7**

“ruas e construções abandonadas”; entende-se, por essa estrutura, que estão abandonadas as ruas e as construções, mas em caso de só quisermos qualificar como abandonadas as ruas, a estrutura adequada seria:

- (A) as ruas abandonadas e as construções;
- (B) as abandonadas ruas e construções;
- (C) as construções e as ruas abandonadas;
- (D) as construções abandonadas e as ruas;
- (E) as construções e as ruas também abandonadas.

**Texto 2**

Na madrugada do dia 26 de abril de 1986, uma sequência de explosões ocorrida na usina nuclear de Chernobyl, localizada na Ucrânia, República federada à URSS, resultou em um dos maiores acidentes químicos e nucleares que a história registra.

Uma primeira explosão de vapor no reator número 4, também conhecido como Chernobyl-4, e o incêndio resultante levaram a uma sequência de explosões químicas que gerou uma imensa nuvem radioativa de iodo-131 e cézio-137 que alcançou a União Soviética, Europa Oriental, Escandinávia e Reino Unido. Ao contrário do que comumente se afirma, não houve explosão nuclear em Chernobyl.

As causas do acidente são tanto humanas quanto técnicas e ocorreram durante a realização de testes de segurança no reator. O reator foi destruído, matando no momento cerca de 30 trabalhadores que se encontravam no local, sendo que nos três meses seguintes vários trabalhadores morreram em decorrência do contato com os materiais radioativos.

Entretanto, em virtude da propagação da nuvem radioativa, milhões de outras pessoas sofreram as consequências do contato com o iodo e o cézio liberados na explosão, resultando em doenças e má-formações das pessoas nascidas de mães e pais contaminados. As áreas que mais foram afetadas foram a Rússia, Ucrânia e Bielorrússia, sendo que este último país concentrou 60% do pó radioativo em seu território. O acidente de Chernobyl foi mais radioativo que as duas bombas atômicas lançadas pelos EUA ao final da II Guerra Mundial nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki. (*Mundo Educação*)

**8**

No primeiro parágrafo do texto 2 há uma série de adjetivos; sobre um desses adjetivos é correto afirmar que:

- (A) “ocorrida” é um adjetivo de caráter subjetivo que se refere a “sequência”;
- (B) “nuclear” é um adjetivo de relação que se refere a “usina”;
- (C) “localizada” é um adjetivo de caráter objetivo que se refere a “Chernobyl”;
- (D) “federada” é um adjetivo que indica uma qualidade e se refere a “URSS”;
- (E) “maiores” é um adjetivo com variação de grau que se refere a “químicos” e “nucleares”.

**9**

“Uma primeira explosão de vapor no reator número 4, também conhecido como Chernobyl-4, e o incêndio resultante levaram a uma sequência de explosões químicas que gerou uma imensa nuvem radioativa de iodo-131 e cézio-137 que alcançou a União Soviética, Europa Oriental, Escandinávia e Reino Unido”.

Sobre a estruturação desse segmento do texto 2, é correto afirmar que:

- (A) o numeral ordinal “primeira” não se justifica, já que não ocorrem outras explosões do mesmo tipo;
- (B) a forma verbal “levaram” deveria ser substituída por “levou” já que se refere a “incêndio”;
- (C) a forma verbal “gerou” deveria ser substituída por “geraram” pois se refere a “explosões químicas”;
- (D) as duas primeiras vírgulas do texto delimitam um segmento que traz uma retificação de um termo anterior;
- (E) a oração “que alcançou a União Soviética, Europa Oriental, Escandinávia e Reino Unido” deveria vir precedida de vírgula.

**10**

Abaixo estão orações adjetivas do texto 2, que foram substituídas por construções equivalentes. A forma substitutiva que se mostra inadequada por incorreção ou modificação do sentido original é:

- (A) “Ao contrário do que comumente se afirma, não houve explosão nuclear em Chernobyl.” / do comentário afirmado.
- (B) “O reator foi destruído, matando no momento cerca de 30 trabalhadores que se encontravam no local” / encontrados no local.
- (C) “As áreas que mais foram afetadas foram a Rússia, Ucrânia e Bielorrússia” / mais afetadas.
- (D) “resultou em um dos maiores acidentes químicos e nucleares que a história registra.” / registrados pela história.
- (E) “Uma primeira explosão de vapor no reator número 4, também conhecido como Chernobyl-4, e o incêndio resultante levaram a uma sequência de explosões químicas que gerou uma imensa nuvem radioativa de iodo-131 e cézio-137” / geradoras de uma imensa nuvem radioativa de iodo-131 e cézio-137.

**11**

“As causas do acidente são tanto humanas quanto técnicas e ocorreram durante a realização de testes de segurança no reator. O reator foi destruído, matando no momento cerca de 30 trabalhadores que se encontravam no local...”.

A forma verbal sublinhada está na voz passiva; a preferência pela voz passiva, no contexto, se deve a que:

- (A) se evita, politicamente, a atribuição de responsabilidades pela ação danosa;
- (B) se registra a ação de forma mais impactante;
- (C) se torna impossível a identificação de um agente da ação;
- (D) não se deseja incriminar o governo russo pela destruição;
- (E) não se pode destacar o agente da ação, mas sim a ação em si mesma.

**12**

A estruturação dos dois primeiros parágrafos do texto 2 mostra a seguinte relação:

- (A) o segundo parágrafo resume o conteúdo do primeiro;
- (B) o primeiro parágrafo é explicitado no segundo;
- (C) o segundo parágrafo introduz um novo tópico ao texto;
- (D) o segundo parágrafo localiza temporal e espacialmente os fatos citados no primeiro;
- (E) o primeiro parágrafo mostra um fato específico que é tratado de forma geral no segundo.

**13**

“mães e pais contaminados”; a forma de reescrever-se esse mesmo segmento do texto 2 que mostra um desvio da norma culta é:

- (A) pais e mães contaminadas;
- (B) pais e mães contaminados;
- (C) contaminados pais e mães;
- (D) contaminadas mães e pais;
- (E) contaminados mães e pais.

**14**

*Homenagens e protestos relacionados aos 20 anos da tragédia de Chernobyl foram realizados hoje em diversas cidades da Europa (26/04/2006).*



Sobre a imagem da charge, a única afirmação inadequada é:

- (A) o nome Chernobyl alude a um triste episódio de desastre nuclear;
- (B) a caveira que sai de uma caixa indica a ameaça de morte após os desastres nucleares;
- (C) a foice empunhada pela representação da morte condena indiretamente a Rússia;
- (D) a árvore seca à esquerda mostra uma das consequências do desastre nuclear;
- (E) o tom sombrio da charge, com a presença maciça do negro, alude ao desastre nuclear.

**15**

O texto 2 deve ser classificado como:

- (A) didático, pois tenta ensinar aos mais jovens acontecimentos históricos importantes;
- (B) argumentativo, pois condena a energia nuclear por seu caráter destrutivo;
- (C) informativo, pois dá a conhecer uma série de fatos ocorridos no acidente de Chernobyl;
- (D) preditivo, pois prevê novos acidentes nucleares com outras milhares de vítimas;
- (E) narrativo, pois apresenta os fatos ocorridos de forma cronológica.

**16**

“Na madrugada do dia 26 de abril de 1986, uma sequência de explosões ocorrida na usina nuclear de Chernobyl, localizada na Ucrânia, República federada à URSS, resultou em um dos maiores acidentes químicos e(1) nucleares que a história registra.

Uma primeira explosão de vapor no reator número 4, também conhecido como Chernobyl-4, e(2) o incêndio resultante levaram a uma sequência de explosões químicas que gerou uma imensa nuvem radioativa de iodo-131 e(3) cézio-137 que alcançou a União Soviética, Europa Oriental, Escandinávia e(4) Reino Unido. Ao contrário do que comumente se afirma, não houve explosão nuclear em Chernobyl.

As causas do acidente são tanto humanas quanto técnicas e(5) ocorreram durante a realização de testes de segurança no reator”.

Nesses segmentos do texto 2 estão indicadas cinco ocorrências da conjunção aditiva E; a observação inadequada sobre uma dessas ocorrências é:

- (A) a ocorrência (1) une dois adjetivos: “químicos” e “nucleares”;
- (B) a ocorrência (2) une “explosão” e “incêndio”;
- (C) a ocorrência (3) une “iodo-131” e “césio-137”;
- (D) a ocorrência (4) une os substantivos “União Soviética, Europa Oriental, Escandinávia” e “Reino Unido”;
- (E) a ocorrência (5) une “causas” a “ocorreram”.

**17**

“Ao contrário do que comumente se afirma, não houve explosão nuclear em Chernobyl.”

Essa afirmação do texto 2:

- (A) é desmentida pelo próprio texto 2;
- (B) contraria informações do texto 1;
- (C) opõe-se à realidade dos fatos;
- (D) esclarece uma informação equivocada;
- (E) retira valor do estudo citado no texto 1.

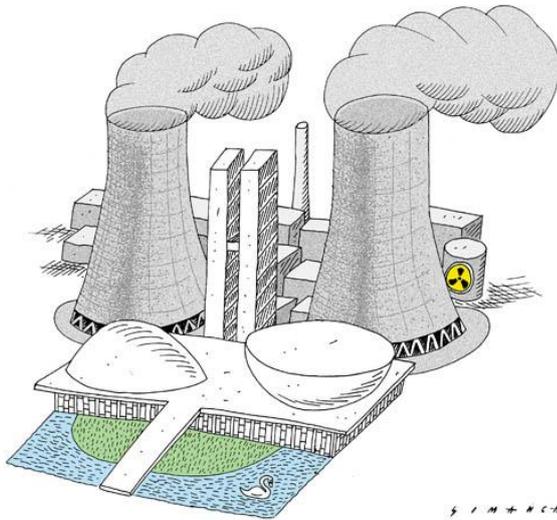
**18**

“As causas do acidente são tanto humanas quanto técnicas”; a maneira de reescrever-se esse segmento do texto 2 que altera o seu sentido original é:

- (A) As causas do acidente são humanas e técnicas.
- (B) As causas do acidente são humanas, além de técnicas.
- (C) As causas não só são humanas como são técnicas.
- (D) As causas do acidente, embora humanas, também são técnicas.
- (E) As causas do acidente, sem deixar de ser humanas, também são técnicas.

19

**Se a energia nuclear não é perigosa,  
eis aqui o lugar ideal para construir uma usina**



Sobre a charge acima, é correto afirmar que:

- (A) a imagem da charge nos faz ler que Brasília é um local prestes a explodir;
- (B) a imagem da charge nos indica uma crítica à vida política de Brasília;
- (C) as palavras que estão acima da charge mostram uma crítica implícita ao conhecimento científico;
- (D) a imagem da charge nos faz ver uma antítese entre a vida política e a vida tranquila do lago;
- (E) a imagem da charge e as palavras acima indicam uma comparação entre o poder destrutivo de Brasília e o das armas nucleares.

20



A imagem da charge é composta por uma série de elementos com diferentes significados. A relação equivocada entre elementos visuais e sua significação é:

- (A) o símbolo de radioatividade está no lugar do sol, como para indicar um novo guia em nossos dias;
- (B) a presença de uma única figura humana indica a mortandade geral de nossa espécie em uma catástrofe nuclear;
- (C) a destruição geral dos objetos mostra a desvalorização dos bens num momento de catástrofe nuclear;
- (D) a situação da imagem sobre o mar mostra o protesto contra a falta de cuidado com o meio ambiente;
- (E) os pássaros à esquerda podem indicar um sinal de esperança a respeito da continuidade da vida na Terra.

## Conhecimentos Específicos

21

O relatório contábil-financeiro de propósito geral fornece aos usuários primários informações contábil-financeiras acerca da entidade. De acordo com o texto da Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, uma informação NÃO diretamente fornecida pelo relatório contábil-financeiro de propósito geral refere-se a:

- (A) posição patrimonial da entidade;
- (B) posição financeira da entidade;
- (C) reivindicações contra a entidade;
- (D) recursos econômicos da entidade;
- (E) valor da entidade.

**22**

O Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1), que trata da apresentação das Demonstrações Contábeis, estabelece requisitos gerais para a apresentação das demonstrações contábeis, diretrizes para a sua estrutura e requisitos mínimos para seu conteúdo. Acerca desse pronunciamento, analise as afirmativas a seguir:

I. A terminologia do CPC 26 é adequada às entidades com fins lucrativos, incluindo entidades de negócios do setor público.

II. Entidades que não tenham patrimônio líquido não devem adotar as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis do CPC 26.

III. A utilização de outros títulos nas demonstrações contábeis, diferentes dos previstos no CPC 26, é permitida, desde que não contrarie a legislação vigente.

IV. Nos setores em que os fatores ambientais sejam significativos, relatórios ambientais devem ser integrados ao conjunto completo das demonstrações contábeis.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I e II;
- (B) I e III;
- (C) II e III;
- (D) I, II e IV;
- (E) II, III e IV.

**23**

De acordo com a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, o objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação (*reporting entity*), que sejam úteis aos chamados usuários primários. É(são) considerado(s) usuário(s) primário(s):

- (A) administração da entidade;
- (B) autoridades tributárias;
- (C) credores potenciais;
- (D) entidades sindicais;
- (E) órgãos reguladores.

**24**

O Balanço Patrimonial (BP) compõe o conjunto completo das demonstrações contábeis obrigatórias e o CPC 26 (R1) dispõe sobre os requisitos para sua apresentação por parte da entidade que reporta. A apresentação dos itens do Balanço Patrimonial segue os critérios de conversibilidade e exigibilidade. Porém há itens cuja apresentação é definida pelo CPC 26 (R1). Um item que NÃO deve ser apresentado no grupo Circulante no BP é:

- (A) ativos biológicos;
- (B) ativos classificados como disponíveis para venda;
- (C) impostos diferidos;
- (D) obrigações financeiras;
- (E) provisões.

**25**

A administração da Cia. Beta, ao proceder a adoção do conjunto de pronunciamentos técnicos, concluiu que o atendimento ao critério de reconhecimento de um conjunto específico de seus ativos traria informações distorcidas aos seus usuários primários. Segundo a administração da Cia. Beta, tal desdobramento é conflitante com o objetivo das demonstrações contábeis estabelecido na Estrutura Conceitual.

Nesse cenário, o CPC 26 (R1) orienta que a entidade:

- (A) aplicará o critério de reconhecimento e divulgará os desdobramentos de outro critério em notas explicativas;
- (B) aplicará o critério de reconhecimento e divulgará em notas explicativas a extensão da apresentação distorcida pelo critério de reconhecimento adotado;
- (C) aplicará o critério de reconhecimento definido pela administração como apropriado, conforme orientação dos auditores independentes;
- (D) poderá não aplicar o critério de reconhecimento e divulgará a opção pela política contábil adotada em notas explicativas;
- (E) não poderá afirmar que suas demonstrações contábeis estão em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos do CPC.

Considere os balanços patrimoniais da Cia. Tribeta, apresentados a seguir.

Cia. Tribeta

Balço patrimonial dos exercícios findos em 31/12

Valores expressos em milhares de reais

	2013	2012
<b>Ativo circulante</b>	<b>68.500</b>	<b>63.300</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4.500	2.800
Clientes	35.000	28.000
Estoques	29.000	32.500
<b>Ativo não circulante</b>	<b>416.500</b>	<b>267.700</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	12.000	8.200
Investimentos	45.000	40.000
Imobilizado	350.000	210.000
Intangível	9.500	9.500
<b>Total do ativo</b>	<b>485.000</b>	<b>331.000</b>
	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>92.000</b>	<b>74.500</b>
Fornecedores	37.000	31.000
Contas a pagar	18.500	11.500
IR e CSLL a recolher	2.500	9.500
Empréstimos e financiamentos	34.000	22.500
<b>Passivo não circulante</b>	<b>157.500</b>	<b>29.000</b>
Empréstimos e financiamentos	157.500	29.000
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>235.500</b>	<b>227.500</b>
Capital social	220.000	220.000
Reservas de lucros	15.500	7.500
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>485.000</b>	<b>331.000</b>

## 26

No exercício subsequente a 2013, a Cia. Tribeta, por questões regulatórias, teve que alterar o critério de classificação de um grupo relevante dos seus ativos, relacionados a um contrato de concessão. Esses ativos representam 50% do Imobilizado em 31/12/2013. A Cia. Tribeta não poderá manter os ativos da concessão como Ativo Imobilizado, mas deve adotar o tratamento descrito na ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. De acordo com os termos do contrato, o concedente tem a obrigação de indenizar a Cia. Tribeta em 10% do valor do ativo ao final do contrato e o ativo será recuperado por meio das receitas das tarifas cobradas dos usuários. Desconsiderando depreciações e ajustes a valor presente, com a mudança do critério, é correto afirmar que:

- (A) não houve alteração na composição do Ativo Não Circulante;
- (B) a reclassificação do conjunto de ativos impactou a liquidez corrente da Cia. Tribeta;
- (C) o Ativo Intangível foi o subgrupo menos afetado com a reclassificação do conjunto de ativos;
- (D) o Ativo Realizável a Longo Prazo teve incremento superior a 125%;
- (E) o valor do Ativo Total foi impactado pela mudança no critério de classificação do conjunto de ativos.

## 27

A análise dos balanços de 2012 e 2013 da Cia. Tribeta permite afirmar que:

- (A) a participação do capital de terceiros é inferior a 50% nos dois exercícios;
- (B) em um dos exercícios o capital próprio é menor que 50%;
- (C) na composição do endividamento, as dívidas de curto prazo representam mais de 50% nos dois exercícios;
- (D) o índice de liquidez geral de 2013 supera o de 2012;
- (E) se houvesse necessidade, haveria caixa suficiente para quitar as obrigações de curto prazo da Cia. Tribeta na data do balanço.

## Texto I

Um dos itens do Ativo Imobilizado da Cia. Tribeta é um imóvel, com valor contábil líquido de R\$ 4 milhões, com 50% de depreciação incorrida. Em decorrência de ocupações irregulares na região onde se situa o imóvel, a entidade tem indícios de que o valor do imóvel não seja totalmente recuperável. A Cia. Tribeta estimou que o uso do ativo vai gerar um fluxo de caixa líquido de R\$ 3,8 milhões. Em pesquisa conduzida com especialistas imobiliários, a entidade conseguiria vender o imóvel por R\$ 4 milhões, com custos estimados de 10%.

## 28

A partir dos dados levantados (texto 1), o contador da Cia. Tribeta apurou que o valor recuperável do ativo em referência representa:

- (A) R\$ 4,4 milhões;
- (B) R\$ 4 milhões;
- (C) R\$ 3,8 milhões;
- (D) R\$ 3,6 milhões;
- (E) R\$ 2 milhões.

## 29

De acordo com as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), um ativo deve ser reconhecido no patrimônio público quando for provável que benefícios futuros dele provenientes fluam para a entidade, e seu custo ou valor possa ser determinado em bases confiáveis.

No que tange ao reconhecimento de itens componentes do patrimônio público, o MCASP orienta que é facultativo o reconhecimento contábil de:

- (A) bens destinados à reforma agrária;
- (B) edifícios utilizados pela administração pública;
- (C) edificações de uso militar;
- (D) monumentos e prédios históricos;
- (E) redes ferroviárias.

**30**

Caso a Cia. Tribeta apurasse perda decorrente da situação apresentada no texto I, o lançamento contábil para reconhecimento da perda seria:

- (A) D – Perdas por redução ao valor recuperável  
C – Perdas acumuladas por redução ao valor recuperável
- (B) D – Perdas acumuladas por redução ao valor recuperável  
C – Perdas por redução ao valor recuperável
- (C) D – Perdas por redução ao valor recuperável  
C – Ajustes de Avaliação Patrimonial
- (D) D – Outros resultados abrangentes  
C – Perdas acumuladas por redução ao valor recuperável
- (E) D – Perdas por redução ao valor recuperável  
C – Outros resultados abrangentes

Considere os dados a seguir, expressos em milhares de reais, fornecidos pelo serviço de Contabilidade de um ente da administração pública.

Quadro I

Aquisição de veículos à vista	62.400
Benefícios previdenciários e assistenciais	54.400
Construção de novas edificações	210.300
Contratação de operações de crédito	155.000
Contribuições	132.500
Depreciação e amortização	8.700
Desincorporação de passivos	2.500
Desvalorização de ativos	109.900
Exploração e venda de bens e serviços	18.400
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	260.800
Incorporação de passivos	4.200
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos obtidos	9.500
Pessoal e encargos	240.300
Transferências concedidas	82.500
Transferências recebidas	300.400
Uso de bens e serviços	81.300
Valorização de ativos	1.200

**31**

De acordo com o Quadro I, o valor total das variações que NÃO causam alterações no patrimônio líquido é:

- (A) 155.000;  
(B) 217.900;  
(C) 319.000;  
(D) 427.700;  
(E) 482.100.

**32**

A identificação das variações patrimoniais apresentadas no Quadro I permite apurar o resultado patrimonial de:

- (A) 88.200;  
(B) 125.000;  
(C) 233.800;  
(D) 242.700;  
(E) 397.700.

**33**

De acordo com o MCASP, os elementos do custo de um ativo imobilizado compreendem o preço de aquisição e quaisquer custos diretamente atribuíveis ao ativo. São considerados custos diretamente atribuíveis, EXCETO:

- (A) honorários profissionais;  
(B) custos de frete e manuseio;  
(C) custos de preparação do local;  
(D) custos de pessoal alocados na construção;  
(E) impostos de importação e tributos recuperáveis.

**34**

A depreciação consiste no declínio do potencial de geração de serviços de ativos de longa duração, que decorre de deterioração física, desgastes pelo uso ou obsolescência.

Acerca do reconhecimento da depreciação de ativos em entidades do setor público, a partir das disposições do MCASP, é correto afirmar que:

- (A) o reconhecimento da depreciação cessa quando o ativo é retirado de uso;  
(B) o valor depreciável de um ativo não pode ser definido quando não há valor residual;  
(C) o mesmo método de depreciação deve ser adotado para todos os ativos de uma entidade;  
(D) o aumento de valor de um terreno no qual um edifício esteja construído não afeta a depreciação do edifício;  
(E) os ativos que passam por manutenção periódica devem ter depreciação reconhecida em períodos diferenciados.

**35**

Ao longo do tempo, diversos fatores podem ocasionar que o valor contábil de um ativo não corresponda ao seu valor justo. Quando houver alterações significativas, é necessário que os ativos passem por um processo de adequação do seu valor contábil. O MCASP apresenta algumas recomendações relativas ao processo de reavaliação de ativos.

Acerca da reavaliação de ativos, analise as afirmativas a seguir:

- I. As reavaliações devem ser feitas com frequência anual.  
II. Quando um item do ativo imobilizado é reavaliado, a depreciação acumulada deve ser eliminada contra o valor contábil bruto do ativo.  
III. Na reavaliação, o valor de reposição de um ativo depreciado não pode ser utilizado como estimativa do valor justo de um ativo.  
IV. Se um item do ativo imobilizado for reavaliado, toda a classe de contas do ativo imobilizado à qual pertence esse ativo deve ser reavaliada.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I e II;  
(B) I e III;  
(C) II e IV;  
(D) I, II e IV;  
(E) II, III e IV.

**36**

Em 30/11/X1, uma entidade adquiriu uma frota de dez veículos pelo valor total de R\$ 450.000. Os veículos foram recebidos em 02/01/X2 com todos os equipamentos incluídos e em plenas condições de uso. A entidade espera alienar os veículos por 5% do valor de aquisição ao final da vida útil, estimada em cinco anos. De acordo com o MCASP, o método da soma dos dígitos é o mais adequado para depreciação de veículos. Por esse método, em 31/12/X4, o valor contábil líquido dessa frota de veículos será de:

- (A) 85.500;
- (B) 108.000;
- (C) 130.500;
- (D) 171.000;
- (E) 193.500.

**37**

O reconhecimento inicial de um ativo intangível pode ocorrer, segundo o MCASP, por meio de uma aquisição separada, por geração interna ou ainda uma aquisição por meio de transações sem contraprestação.

Quando uma entidade do setor público precisa reconhecer um ativo intangível gerado internamente, há que se distinguir entre a fase de pesquisa ou de desenvolvimento.

Dentre as atividades que caracterizam essas fases, um exemplo de atividade de pesquisa relaciona-se a:

- (A) custos relacionados a websites e criação de softwares;
- (B) projeto de ferramentas, gabaritos, moldes e matrizes que envolvam nova tecnologia;
- (C) projeto, formulação, avaliação e seleção final de alternativas possíveis para materiais;
- (D) projeto, construção e operação de fábrica-piloto;
- (E) projeto, construção e teste de protótipos.

**38**

O contador de um ente público, ao adotar os procedimentos descritos no MCASP para reconhecimento de passivos e provisões, verificou que precisaria distinguir algumas contas como passivos ou provisões. Entre os itens analisados pelo contador, o que constitui um exemplo de passivo de prazo ou valor incerto está relacionado a:

- (A) ajustes de perdas estimadas;
- (B) créditos de liquidação duvidosa;
- (C) créditos de dívida ativa;
- (D) décimo terceiro salário a pagar;
- (E) repartição de créditos tributários.

**39**

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) estrutura as contas em classes, segundo a natureza da informação contábil. A análise da natureza da informação e das classes e grupos apresentados no PCASP permite afirmar que:

- (A) a natureza de informação orçamentária abrange as classes 5, 6, 7 e 8;
- (B) a natureza de informação patrimonial registra, processa e evidencia os atos cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público;
- (C) as informações para elaboração dos relatórios fiscais RREO e RGF têm origem na natureza de informação de controle;
- (D) o grupo Execução de Restos a Pagar é um desdobramento da classe Controles Devedores;
- (E) os entes da Federação poderão detalhar a conta contábil apenas nos níveis posteriores ao nível apresentado no PCASP.

**40**

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) dispõe sobre orientações concernentes à mensuração de ativos e passivos, indicando os critérios para reconhecimento inicial dos elementos patrimoniais. Um dos critérios citados no MCASP é o valor justo, que deve ser adotado no reconhecimento inicial de:

- (A) aplicações financeiras;
- (B) ativos imobilizados obtidos a título gratuito;
- (C) ativos intangíveis;
- (D) bens destinados à distribuição gratuita;
- (E) participações em consórcios públicos.

**Quadro II**

Alienação de bens	13.600
Amortização de empréstimos concedidos	4.300
Amortização de empréstimos recebidos	17.600
Aquisição de ativo não circulante	18.200
Concessão de empréstimos	1.000
Juros e encargos da dívida	3.800
Operações de crédito	25.000
Pessoal e demais despesas	183.700
Receitas derivadas e originárias	55.000
Refinanciamento da dívida	10.000
Transferências concedidas	6.700
Transferências correntes recebidas	146.500
Transferências de capital recebidas	7.500

Os dados informados acima (expressos em milhares de reais) foram fornecidos pelo Departamento de Contabilidade da Secretaria Estadual da Fazenda de uma unidade da Federação, referentes ao último exercício financeiro.

**41**

De acordo com o Quadro II, o Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais do ente, calculado de acordo com as disposições do MCASP, em milhares de reais, é:

- (A) -10.900;
- (B) 7.300;
- (C) 11.100;
- (D) 14.800;
- (E) 18.600.

**42**

A análise do fluxo de caixa por atividades e fluxo de caixa líquido apurados pela unidade da Federação, a partir das informações do Quadro II, permite afirmar que:

- (A) o fluxo de caixa das atividades de investimento foi positivo;
- (B) o fluxo de caixa de atividades de financiamento apresentou o maior desembolso entre as atividades;
- (C) o fluxo de caixa das atividades de financiamento foi negativo;
- (D) o fluxo de caixa líquido foi negativo no exercício;
- (E) a maior contribuição para o fluxo de caixa líquido foi das atividades operacionais.

**43**

Na elaboração do orçamento, a conceituação e a previsão adequada de receitas são consideradas fatores significativos, pois são determinantes na fixação dos limites de despesas, uma vez que nem todas as receitas arrecadadas durante o exercício podem ser destinadas para a cobertura das despesas. Uma característica exclusiva das receitas extraorçamentárias é que:

- (A) constituem receitas não efetivas;
- (B) decorrem da exploração do patrimônio público;
- (C) não constam na Lei Orçamentária;
- (D) possuem caráter transitório;
- (E) representam disponibilidades de recursos.

**44**

Na elaboração da proposta de Lei Orçamentária, a Secretaria Estadual de Planejamento (SEPLAN) de um ente da Federação estimou o montante da arrecadação dos dois principais tributos para o ente: Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação e o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores.

A Constituição Federal estabelece que um percentual desses dois tributos deve ser transferido aos municípios do Estado. No documento da proposta de Lei Orçamentária, a SEPLAN apresentou os valores apurados para transferência como despesa fixada para o exercício.

A análise da situação permite afirmar que os procedimentos adotados estão em consonância com o princípio do(a):

- (A) clareza;
- (B) exatidão;
- (C) especificação;
- (D) orçamento bruto;
- (E) transparência.

**45**

A dívida ativa é o conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento. Tais créditos são objeto de controle pelos entes governamentais, em suas respectivas competências. Considerando aspectos legais e contábeis relativos à dívida ativa, dispostos no MCASP, é correto afirmar que:

- (A) a inscrição do crédito em dívida ativa constitui fato contábil modificativo, pois altera o valor do patrimônio líquido;
- (B) custas processuais são um exemplo de créditos inscritos em dívida ativa tributária;
- (C) em decorrência das prerrogativas jurídicas para cobrança da dívida ativa, o registro de perdas esperadas é facultativo;
- (D) o recebimento de créditos inscritos em dívida ativa gera reconhecimento de variação patrimonial aumentativa;
- (E) somente podem ser encaminhados para inscrição em dívida ativa os créditos vencidos anteriormente reconhecidos como créditos a receber.

**46**

O MCASP dispõe que o reconhecimento da receita orçamentária ocorre no momento da arrecadação, enfoque que tem por objetivo evitar que a execução das despesas orçamentárias ultrapasse a arrecadação efetiva. Das receitas a seguir, a que pode ser reconhecida como receita orçamentária relaciona-se a:

- (A) cancelamento de despesas inscritas em restos a pagar;
- (B) depósitos em garantia;
- (C) operações de crédito por antecipação de receita;
- (D) superávit financeiro apurado no balanço patrimonial;
- (E) restituição de despesas pagas em exercícios anteriores.

**47**

‘Área de ação governamental em que a despesa será realizada’ e ‘Responsabilização pela execução de uma despesa’ são itens respectivamente associados às seguintes classificações da despesa orçamentária:

- (A) por elemento e funcional;
- (B) funcional e institucional;
- (C) funcional e programática;
- (D) por natureza e programática;
- (E) programática e institucional.

**48**

Considere os dados a seguir, expressos em milhares de reais, fornecidos pelo serviço de Contabilidade de um ente da federação, relativos aos passivos do ente ao final de um dado exercício financeiro.

Aquisições financiadas de bens	114.300
Arrendamento mercantil financeiro	82.600
Depósitos em garantia	8.700
Emissão de títulos	250.000
Fianças	9.200
Mútuo financeiro	36.500
Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária	28.900
Provisões matemáticas	246.000
Recebimento antecipado de valores por prestação de serviços	55.700
Reconhecimento e confissão de dívidas	48.100
Restos a pagar processados	12.300

Considerando os conceitos da dívida pública constantes no MCASP, é correto afirmar que os passivos considerados como operações de crédito contratuais somam:

- (A) 113.500;
- (B) 337.200;
- (C) 366.100;
- (D) 587.200;
- (E) 612.100.

**49**

De acordo com a Resolução CNJ nº 171/2013, a auditoria que tem ênfase no planejamento estratégico e na visão dos programas como fator básico de organização da função e da gestão pública como mobilização organizacional para alcance dos resultados é a auditoria:

- (A) de conformidade;
- (B) de gestão;
- (C) de resultado;
- (D) especial;
- (E) operacional.

**50**

A realização do trabalho de auditoria considera procedimentos e técnicas previamente definidos na fase de planejamento. A Resolução CNJ nº 171/2013 apresenta algumas técnicas comumente utilizadas a partir do Programa de Auditoria. A técnica em que o auditor requer informações de terceiros com a indicação de quantitativos ou valores no texto da requisição, com prazo para resposta, é:

- (A) correlação entre informações obtidas;
- (B) circularização positiva em preto;
- (C) circularização positiva em branco;
- (D) circularização negativa em branco;
- (E) revisão analítica.

**51**

Acerca do planejamento da autoria, a Resolução CNJ nº 171/2013 recomenda que seja realizada uma adequada avaliação de riscos, com o objetivo de identificar áreas, sistemas e processos relevantes a serem examinados. Um dos riscos passíveis de serem identificados é o risco de processo, que pode ser exemplificado por fatores como:

- (A) confiabilidade da informação;
- (B) conformidade;
- (C) fraude;
- (D) qualificação;
- (E) sistemas.

**52**

Os servidores lotados na unidade de controle interno de órgãos vinculados ao Conselho Nacional de Justiça possuem algumas prerrogativas previstas na Resolução CNJ nº 171/2013. Acerca dessas prerrogativas, analise os itens a seguir:

- I . livre ingresso às unidades orgânicas do Tribunal ou Conselho;
- II . acesso a todos os documentos e informações necessários à realização de seu trabalho, inclusive a sistemas eletrônicos de processamento de dados;
- III . competência para requerer, por escrito, aos responsáveis pelas unidades orgânicas, documentos e informações necessários.

É correto o que se afirma em:

- (A) somente II;
- (B) somente III;
- (C) somente I e II;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

**53**

Considere os dados a seguir, expressos em milhares de reais, originados da execução orçamentária do município de AlfaBeta no exercício de 2014, relativos à abertura de créditos adicionais.

Despesa	Crédito adicional	Data de abertura	Valor	% de Execução
Serviços de terceiros - PJ	especial	15/06	36.000	80,0%
Material permanente	especial	05/10	62.000	60,0%
Serviços de terceiros - PJ	extraordinário	10/04	35.000	80,0%
Material de consumo	extraordinário	01/09	48.000	75,0%
Serviços de terceiros - PJ	suplementar	20/05	27.000	90,0%
Material de consumo	suplementar	30/09	54.000	50,0%

De acordo com a legislação vigente, o valor dos créditos adicionais abertos em 2014 que podem ser reabertos no exercício seguinte, em milhares de reais, é:

- (A) 28.900;
- (B) 36.800;
- (C) 51.000;
- (D) 63.800;
- (E) 80.700.

**54**

Consoante dispõe a Lei Complementar Estadual nº 620/2011, o Procurador Geral do Estado de Rondônia será escolhido:

- (A) pelo Governador do Estado, a partir de lista tríplice formada pelo voto de todos os Procuradores do Estado;
- (B) pelo Governador do Estado, a partir de lista tríplice formada pelo Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado;
- (C) e nomeado pelo Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado, com parecer prévio do Corregedor Geral;
- (D) e nomeado pelo Governador do Estado, entre integrantes estáveis da carreira de Procurador do Estado;
- (E) pelo Governador do Estado, a partir de lista sêxtupla formada pelo voto de todos os Procuradores, que se reduzirá à tríplice pelo Conselho Superior.

**55**

De acordo com a Lei Complementar nº 620/2011 do Estado de Rondônia, compete à Procuradoria Geral do Estado:

- (A) representar a Fazenda Pública perante os Tribunais de Contas da União e do Estado;
- (B) promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei, nos crimes de competência da Justiça Estadual;
- (C) defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;
- (D) exercer o controle externo da atividade policial, no âmbito estadual;
- (E) promover a defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais, de forma integral e gratuita, dos necessitados.

**56**

O Procurador do Estado de Rondônia estável, Dr. Francisco, foi demitido, com base em provas ilícitas e fraudadas colhidas no curso de processo administrativo disciplinar. O Dr. Francisco logrou comprovar sua inocência em processo judicial e obteve sentença judicial transitada em julgado que invalidou sua demissão. De acordo com o que estabelece a Constituição da República e a Lei Complementar nº 620/2011 do Estado de Rondônia, o retorno do Dr. Francisco ao cargo dar-se-á mediante:

- (A) reversão, com ressarcimento proporcional à metade dos vencimentos e vantagens deixados de perceber em razão do afastamento;
- (B) reintegração, com ressarcimento dos vencimentos e vantagens deixados de perceber em razão do afastamento, inclusive a contagem do tempo de serviço;
- (C) aproveitamento, com ressarcimento proporcional à metade dos vencimentos e vantagens deixados de perceber em razão do afastamento;
- (D) recondução, com ressarcimento dos vencimentos e vantagens deixados de perceber em razão do afastamento, inclusive a contagem do tempo de serviço;
- (E) readaptação, com ressarcimento proporcional à metade dos vencimentos e vantagens deixados de perceber em razão do afastamento.

**57**

Conforme estabelece a Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia, compete ao Conselho Superior:

- (A) apresentar semestralmente ao Corregedor, para deliberação, relatório circunstanciado em processo de avaliação de desempenho de integrante da carreira de Procurador, na apuração do estágio probatório, bem como avaliação de desempenho para apuração da eficiência de cada Procurador do Estado estável;
- (B) nomear os Procuradores que exercerão atribuições cumulativas extraordinárias, bem como os servidores ou não que exercerão os cargos de direção e assessoramento superior ou funções gratificadas próprios da Procuradoria Geral do Estado;
- (C) organizar os assentamentos relativos às atividades e à conduta dos membros da Procuradoria Geral do Estado, coligindo os elementos necessários à elaboração das listas de Procuradores para fins de promoção por merecimento, com envio ao Procurador Geral;
- (D) propor ao Governador do Estado de Rondônia a declaração de nulidade ou a revogação de atos da Administração Pública e a arguição de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, bem como decretar sigilo administrativo sobre matéria ou processo de interesse do Estado, passando a tramitar em arquivo próprio;
- (E) julgar os processos administrativos disciplinares instaurados contra Procuradores do Estado, encaminhando ao Procurador Geral a deliberação adotada no julgamento, para aplicação de penalidade ou arquivamento por absolvição, ressalvados os casos de competência do Governador.

**58**

Consoante dispõe a Lei Complementar Estadual de Rondônia nº 620/2011, para a aplicação das penalidades disciplinares de advertência, repreensão e demissão de Procurador do Estado, são competentes, respectivamente:

- (A) o Procurador Geral do Estado, o Procurador Geral do Estado e o Conselho Superior;
- (B) o Procurador Geral do Estado, o Procurador Geral do Estado e o Governador do Estado;
- (C) o Corregedor Geral, o Corregedor Geral e o Governador do Estado;
- (D) o Corregedor Geral, o Corregedor Geral e o Procurador Geral do Estado;
- (E) o Corregedor Geral, o Procurador Geral do Estado e o Governador do Estado.

**59**

De acordo com a Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia, o Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado, órgão deliberativo e supervisor das atividades da instituição e de cada um de seus integrantes, será composto pelo Procurador Geral, que o presidirá, e também:

- (A) pelo Subprocurador Geral, pelo Procurador Geral Adjunto, pelo Corregedor Geral, na qualidade de membros natos, e por mais sete membros da Classe Especial eleitos pelos pares, através de escrutínio secreto para um mandato de dois anos;
- (B) pelo Procurador Geral Adjunto, pelo Corregedor Geral, pelo Chefe de Gabinete, na qualidade de membros natos, e por mais cinco membros da Classe Especial eleitos pelos pares através de escrutínio secreto para um mandato de um ano, permitida uma recondução;
- (C) pelo Procurador Geral Adjunto, pelo Corregedor Geral, pelo Presidente da Associação dos Procuradores do Estado, na qualidade de membros natos, e por mais sete membros da Classe Especial eleitos pelos pares através de escrutínio secreto para um mandato de dois anos;
- (D) pelo Procurador Geral Adjunto, pelo Corregedor Geral, na qualidade de membros natos, e por mais cinco membros da Classe Especial eleitos pelos pares através de escrutínio secreto para um mandato de dois anos, permitida uma recondução;
- (E) pelo Subprocurador Geral, pelo Procurador Geral Adjunto, pelo Corregedor Geral, na qualidade de membros natos, e por mais cinco membros da Classe Especial eleitos pelos pares através de escrutínio secreto para um mandato de dois anos.

**60**

Consoante dispõe a Lei Complementar Estadual nº 620/2011, ao Procurador Geral do Estado de Rondônia cabe o desempenho da seguinte atribuição:

- (A) proceder à publicação regular da estatística de cada Procuradoria;
- (B) avocar a defesa de entidade da Administração Indireta, de acordo com o interesse público;
- (C) apresentar, semestralmente, dados estatísticos sobre os trabalhos dos Procuradores;
- (D) apreciar relatório referente ao processo administrativo por abandono de cargo;
- (E) indicar os membros integrantes da comissão de processo administrativo disciplinar em que for indiciado Procurador.

**61**

O Procurador do Estado, Dr. Ricardo, praticou incontinência pública e escandalosa, por protagonizar conduta que não se ajusta aos limites da decência e que merece censura de seus semelhantes, revestida de publicidade ou repercussão pública, no horário do expediente e dentro da repartição.

De acordo com a Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia, em tese, o Dr. Ricardo está sujeito à penalidade disciplinar de:

- (A) advertência;
- (B) repreensão;
- (C) suspensão, que não excederá a trinta dias;
- (D) suspensão, que não excederá a noventa dias;
- (E) exoneração.

**62**

Conforme estabelece a Lei Complementar Estadual nº 620/2011, a estrutura organizacional da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia compreende, dentre as unidades de execução, as Procuradorias Setoriais na Capital, competindo à Procuradoria de Controle dos Direitos do Servidor:

- (A) representar o Estado nas ações civis públicas que tenham por objeto matéria relativa aos direitos e deveres do servidor público;
- (B) representar o Estado em juízo, nas ações trabalhistas, de acidentes de trabalho e de justificação de tempo de serviço, quando servidor público for autor;
- (C) defender o Estado em juízo nos processos judiciais em que figure, como parte, servidor público, independentemente do regime jurídico;
- (D) opinar nos processos administrativos disciplinares de servidores públicos e agentes militares em que houver recurso ao Governador do Estado;
- (E) defender os interesses da Fazenda Estadual nas ações e processos de qualquer natureza, em que seja parte servidor público.

**63**

A Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia estabelece que conceder-se-á ao Procurador licença:

- (A) por motivo de doença do cônjuge ou parente até segundo grau civil, por até noventa dias, sem prejuízo da remuneração, podendo ser prorrogada uma única vez, por até noventa dias, sem remuneração;
- (B) prêmio por assiduidade, pelo período de um mês, após cada triênio ininterrupto de efetivo serviço prestado ao Estado, com remuneração integral do cargo;
- (C) para tratar de interesse particular, pelo período de até dois anos sem prejuízo da remuneração, podendo ser prorrogada uma única vez, por até mais dois anos sem remuneração;
- (D) maternidade com duração de cento e sessenta dias, que poderá ter início no primeiro dia do nono mês de gestação, salvo prescrição médica;
- (E) paternidade pelo prazo de cinco dias consecutivos, pelo nascimento ou adoção de filhos, mediante a apresentação de certidão de nascimento.

**64**

“A monumental construção de estilo Vauban, de 6ª classe, é constituída por um quadrado de 970 metros de perímetro, com muralhas de 10 metros de altura e com quatro baluartes de 59x43m, armados cada um com quatorze (14) canhoneiras. Circundando-a existia um longo e profundo fosso, sendo que o acesso ao interior da fortaleza só será possível através de ponte elevadiça que conduzia a porta da muralha norte”.

(Fonte: <http://www.geocities.ws/rondonianaweb>)

A descrição se refere ao:

- (A) Real Forte Príncipe da Beira, construído para garantir a proteção das áreas de exploração de borracha no vale do rio Madeira;
- (B) Forte de Nossa Senhora da Conceição, construído para evitar a invasão dos franceses pelo rio Guaporé;
- (C) Forte de São Gabriel da Cachoeira, com o objetivo de evitar a penetração espanhola em terras portuguesas;
- (D) Real Forte Príncipe da Beira, construído para afastar as pretensões dos espanhóis sobre o Vale do Guaporé-Mamoré;
- (E) Forte de São Joaquim, construído com o objetivo de impedir a entrada de holandeses no vale do rio Branco.

**65**

Ao longo dos séculos XVI e XVII, durante o período da União Ibérica (1580/1640), verificamos o principal momento na expansão territorial brasileira. O país saiu de uma faixa litorânea para um tamanho continental e tal processo levou à incorporação do território correspondente à atual região norte.

Sobre o processo de desbravamento da região norte, incluindo a área do estado de Rondônia, pode-se destacar dois grupos essenciais para o sucesso da ampliação territorial brasileira, que foram:

- (A) os produtores de açúcar e os comerciantes brasileiros denominados tropeiros;
- (B) os produtores de soja e os pecuaristas que expandiram suas atividades para a região norte;
- (C) os produtores de borracha e os missionários que catequizavam os indígenas;
- (D) os bandeirantes que visavam escravizar os indígenas e as missões jesuítas;
- (E) os bandeirantes de sertanismo de contrato e os grandes pecuaristas que serviam aos engenhos.

**66**

O crescimento da população de Rondônia ganhou destaque a partir da década de 1960. Em 1950, a população do antigo território do Guaporé era de cerca de 14 mil habitantes, enquanto em 1980 esse número chegava próximo a 230 mil habitantes.

O intenso crescimento populacional nesse período é explicado principalmente:

- (A) pelos incentivos fiscais e investimentos do governo federal que estimularam a atração de indústrias para a região, gerando postos de trabalho e atraindo população;
- (B) pelo acesso fácil à terra, de baixo custo, que atraiu investidores do sul e do sudeste interessados em investir na agropecuária e na atividade madeireira;
- (C) pela descoberta de reservas de diamantes na década de 1960, que atraiu migrantes de vários estados brasileiros para a atividade do garimpo;
- (D) pelos investimentos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia na abertura de rodovias e de ferrovias no período, que facilitou a ida de migrantes para o Estado;
- (E) pela crise econômica no Peru e na Bolívia naquele momento, que levou a um grande afluxo de imigrantes vindos desses países e que se estabeleceram em Rondônia.

**67**

Ao final do século XIX, o Vale do Madeira foi responsável por um período de avanço econômico e prosperidade para a região. Essa prosperidade foi contínua até o início do século XX. Tal desenvolvimento foi gerado pela:

- (A) produção aurífera, que se esgotara no Vale do Guaporé e ganhou força no Vale do Madeira;
- (B) produção cafeeira, que dinamizou a economia da região com a presença da imigração japonesa;
- (C) extração da borracha, que atraiu mão de obra migrante para a região;
- (D) criação de uma área de comércio livre na região, que atraiu o capital estrangeiro;
- (E) exploração do algodão, que atraiu investimentos e a mão de obra norte-americana.

**68**

“O barril de pólvora está lá, basta que alguém risque o palito de fósforo para a gente ter uma nova tragédia”.

A declaração acima foi feita pelo Procurador da República Reginaldo Trindade, de acordo com publicação do Portal Amazônia, no dia 12/05/2015. A declaração diz respeito à problemática envolvendo a Terra Indígena dos Cinta Larga.

Em relação à localização dessas terras e à problemática existente atualmente nelas, é correto afirmar que:

- (A) está localizada no norte do Estado e seu principal desafio é combater o avanço da malária na população indígena;
- (B) está localizada no oeste do estado e as invasões por parte de peruanos e bolivianos têm levado a sérios conflitos com os indígenas;
- (C) está localizada na porção nordeste do estado e o avanço da urbanização tem ameaçado a existência da reserva;
- (D) está localizada na porção sul do estado e o avanço da fronteira agropecuária tem comprometido o habitat natural dos indígenas;
- (E) está localizada na porção leste do Estado, onde as invasões de garimpeiros têm gerado conflitos com os indígenas que vivem ali.

**69**

No estado de Rondônia, os problemas de degradação socioambiental são muito presentes e estão associados à implantação dos projetos de colonização, principalmente na década de 1970. Como forma de amenizar esses problemas, em 1981 foi criado um programa voltado, dentre outros objetivos, a assegurar o crescimento da produção em harmonia com as preocupações de preservação do sistema ecológico e de proteção às comunidades indígenas, conhecido como:

- (A) Programa Nacional para o Desenvolvimento da Amazônia;
- (B) Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil;
- (C) Projeto Agropecuário e Florestal de Rondônia;
- (D) Zoneamento Socioeconômico e Ecológico;
- (E) RADAM Brasil.

**70**

“A BR-319 foi inaugurada oficialmente em 1976, no governo Ernesto Geisel. Porém, nunca foi concluída integralmente. Nas décadas de 1980 e 1990, a manutenção da estrada foi abandonada pelo poder público. Somente na década de 2000, as obras de pavimentação foram retomadas com o asfaltamento das duas pontas da rodovia (...)”

Fonte: <http://www.ariquemesonline.com.br>, 02/10/2015. Acesso em 03 de outubro de 2015.

A importância da rodovia citada no texto está relacionada ao fato de ser a via de integração por terra:

- (A) entre Porto Velho e Manaus;
- (B) de Rondônia com a Bolívia;
- (C) entre as regiões Norte e Nordeste;
- (D) da região Norte com Brasília;
- (E) de Rondônia com o Mato Grosso.

**Redação**

Numa palestra que fiz recentemente na série “Como viver juntos”, promovida pelo Fronteiras do Pensamento, defendi a tese de que o ser humano prefere a paz à guerra, muito embora a história esteja marcada por inumeráveis conflitos, que datam desde as nossas origens até os tempos atuais.

De fato, nos dias de hoje são tantos os conflitos, que a minha tese, que pareceria óbvia, se torna quase inaceitável. Não obstante, insisto que o homem prefere a paz à guerra.

Como se explicaria, então, que os conflitos armados sejam um fator constante, envolvendo vários povos e países?

Esse é o começo de uma coluna do jornal Folha de São Paulo, de outubro de 2015, da autoria do poeta Ferreira Gullar.

Você deve redigir um texto dissertativo-argumentativo, com no mínimo 20 e no máximo 30 linhas, em língua culta, explicando se você concorda ou não com a tese do poeta, procurando responder à pergunta final do texto.

## RASCUNHO

## RASCUNHO

## RASCUNHO

Realização

